

1. TER. REF/AGRU (90) rec 2/07/89
MANIFESTO DO LANÇAMENTO DA CAMPANHA PELA REFORMA AGRÁRIA NO BICO
DO PAPAGAIO DE 23 DE JUNHO DE 1984, EM AUGUSTINÓPOLIS-GO

Centro de Pastoral Vegetal

24 FEV 1986

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

- A. TODA A POPULAÇÃO BRASILEIRA
AOS Srs. GOVERNANTES DO PAÍS, DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS
A TODAS AS IGREJAS
A TODAS AS ENTIDADES CIVIS
AOS PARTIDOS POLÍTICOS
A TODAS AS NAÇÕES INDÍGENAS
A TODOS OS COMPANHEIROS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

Nós, Trabalhadores Rurais do Bico do Papagaio-GO, reunidos no dia 25 de maio de 1981 numa grande concentração na cidade de Imperatriz-MA, estando presentes mais de três mil pessoas, exigimos do Governo Federal, mediante o GETAT, os seguintes direitos:

- a) "que se retirem sem demora todos os jagunços e peões armados das áreas em litígio;
- b) "que se impeça que os grileiros trabalhem nas terras que neste momento são objeto de litígio na Justiça;
- c) "que a polícia não seja mais utilizada como instrumento de grileiros contra posseiros;
- d) "que os posseiros recebam imediatamente os títulos definitivos de propriedade das terras que lhes pertencem".

Recebidos pelo Coronel Lisboa do GETAT, durante a concentração, ouvimos e tivemos firmadas promessas de que nossas reivindicações seriam encaminhadas dentro de dez dias, e que tudo o que ocorresse na região seria de inteira responsabilidade do Governo Federal.

Passados três anos daquela concentração, o que reina em nossa região é a repressão policial, a permanência das violências dos grileiros e seus jagunços, as iludições do GETAT, e a escandalosa concentração da terra em todos os municípios.

Preparando este Lançamento da Campanha pela Reforma Agrária, nós mesmos fizemos um levantamento aproximativo da estrutura fundiária de nossos municípios. Mais de 14 mil lavradores vivem sem terra em nossa região, enquanto os lavradores proprietários ou posseiros com até 50 alqueires de terra ocupam uma área quase insignificante dentro de cada município. Conclusões meramente aproximativas nos mostram uma realidade de enorme concentração da terra:

- * no município de São Sebastião do Tocantins, os fazendeiros ocupam 84 por cento das terras do município, enquanto os lavradores ocupam somente 16 por cento;
- * no município de Augustinópolis, os fazendeiros ocupam 91 por cento, enquanto os lavradores ocupam somente 9 por cento;
- * no município de Axixá, os fazendeiros ocupam 93 por cento das terras do município, enquanto os lavradores ocupam 7 por cento;
- * no município de Sítio Novo, os fazendeiros ocupam 89 por cen-

Impr. alternativa -> xerox na íntegra
informe em circular

to das terras do município, enquanto os lavradores ocupam somente 11 por cento;

- * no município de Itaguatins, os fazendeiros ocupam 87 por cento das terras do município, enquanto os lavradores ocupam apenas 13 por cento.

Esta concentração da terra proíbe a imensa maioria dos lavradores da nossa região de terem acesso à propriedade da terra. Gera enormes e, muitas vezes, sangrentas violências contra nossas organizações de classe e nossas vidas. Falando da regularização de posses, através da demarcação, distribuição e titulação de terras, o GETAT vem forçando grande número de lavradores a aceitarem 5 alqueires de terras como seu direito de propriedade. Sabemos que a lei determina o mínimo de 21 alqueires para que uma família de quatro pessoas adultas possa viver da terra em nossa região. Quando o trabalhador resiste a esta intenção do Getat, então ele é ameaçado. Outros lavradores são transferidos para áreas do Carajás-PA, em vista de Colonização.

As Prefeituras denitem seus funcionários, quando estes defendem nossas organizações e nossos direitos. É o caso de muitas professoras municipais, que recebendo menos da metade do salário mínimo anterior, são expulsas do trabalho sem nenhum aviso. Quando recorremos à Justiça, tentando defender legalmente os nossos direitos, a lentidão no andamento dos processos e os infundados adiamentos das audiências mostram que a Justiça funciona somente para os grandes, os fazendeiros, os nossos inimigos. A ação judicial dos posseiros da Beira do Socó, município de Itaguatins, de setembro de 1982, contra o grileiro Belizário Rodrigues da Cunha, é gritante exemplo de violência judicial contra nós, os pequenos. Por mais de 5 vezes, as audiências desse processo foram adiadas, estando neste momento sem data prevista.

Os Delegados de Polícia Militar e os próprios policiais, a pedido de fazendeiros, nos ameaçam de surra e de cadeia, de expulsão da terra, de embargo de serviço, quando isto não chega mesmo a acontecer. Nestes últimos dois meses de 1984, apuramos mais de sete casos de intervenção da Polícia Militar e Delegados de Polícia em nossas comunidades e povoados, em nossas Delegacias Sindicais e reuniões. Apoiados por estas forças política e militar, os fazendeiros tentam controlar toda a nossa vida nos povoados e no trabalho. Invadem nossas reuniões para controlarem nosso modo de pensar e de agir. Ameaçam nossas famílias com jagunços. Os arrendatários, buscando a libertação, são logo ameaçados de não ganharem mais terra para plantar. Portanto, se queremos nos organizar para melhorar nossas condições de vida e de trabalho, somos imediatamente cercados por todos os lados pelas forças inimigas.

Neste aspecto da violência contra o lavrador, merece destaque a situação de mais de 9.400 famílias que sobrevivem às custas da quebra do coco babaçu. Esta riqueza da nossa região está sendo violentamente destruída por aproximadamente 85 fazendeiros inescrupulosos. Nestes últimos quatro anos, mais de 49 por cento dos pés de Babaçu foram derrubados no Bico do Papagaio, conforme avaliação nossa.

Por esta cruel realidade de violência, responsabilizamos os Governos Federal, Estadual e Municipais, como também a consciência nacional de povo brasileiro. Eis porque precisamos de ampliar nossas lutas para acabarmos com este sistema que enriquece poucas pessoas e leva milhões de trabalhadores ao empobrecimento. Combater as intervenções dos poderes capitalistas em nossa vida nacional deve ser uma de nossas finalidades na organização da classe. Destacamos aqui a necessidade de todos nós nos unirmos para impedir a implantação do Projeto Grande Carajás em nossa região do modo como o Governo planejou. Não vale a pena sacrificar milhões de vidas humanas em função da construção de obras faraônicas. É preciso exterminarmos o Regime Militar que tem vendido a baixo custo nossas riquezas e dignidade a países estrangeiros. Lutemos por Reforma Agrária Já e por Eleições Livres e Diretas Já para Presidente da República! Estes passos são importantes na construção de uma nova ordem social, em que haja mais justiça, direito, liberdade e igualdade. Vamos criar novas Leis que possam estabelecer no País um clima de maior segurança e respeito pela Sociedade Civil.

(Não esquecer aqui a luta da classe trabalhadora e a luta pelo voto.)
Particularmente, aqui no Bico do Papagaio, estamos lutando para conquistar já os seguintes direitos:

1. NA QUESTÃO DA TERRA:

- a) reconhecimento dos nossos direitos de possuir uma área de terra, conforme os limites que nós mesmos marcamos;
- b) imediata desapropriação dos latifúndios e das terras sem benefício, conhecidos por nós, para serem distribuídos a todos os lavradores sem terra, como os arrendatários, ou que tenham pouca terra;
- c) assentamento dos lavradores da nossa região, aqui mesmo, e eliminando as inúmeras transferências de famílias de trabalhadores para áreas dos Carajás ou outras regiões.

2. NA QUESTÃO SINDICAL:

- a) reconhecimento da liberdade de organização sindical, proibindo em consequência as intervenções e pressões de polícia, delegados policiais, prefeituras, políticos e fazendeiros;
- b) desatrelamento do Movimento Sindical do Ministério do Trabalho, acabando com a Burocracia Sindical.

3. NA QUESTÃO DO COCO BABAÇU:

- a) exploração livre do coco babaçu em todas as áreas de terra em nossa região;
- b) intervenção e punição a fazendeiros no sentido de impedir novas derrubadas de Babaçu e apurar o que foi destruído;
- c) segurança aos quebradores e quebradeiras de coco, para que continuem exercendo seu trabalho com garantia;
- d) reconhecimento da autoridade dos Sindicatos quanto às decisões tomadas em relação à quebra e comercialização do coco.

4. NA QUESTÃO DA INFRA-ESTRUTURA:

- a) construção de estradas entre todos os povoados e caninhos para acesso fácil às nossas roças;
- b) construção de prédios escolares dignos, habilitação e pagamento de salários mais "justos" às professoras e professores de nossos filhos;
- c) melhoria do serviço do FUNRURAL, através da construção de hospitais e postos médicos, da assistência médica e de dentista, e de maior responsabilidade no atendimento aos nossos velhos aposentados ou que buscam se aposentar.

5. NA QUESTÃO DA REPRESSÃO:

- a) extinção imediata do GETAT e desmilitarização da questão da terra;
- b) punição a policiais e delegados de polícia quando usam arbitrariamente o poder, o que sempre denunciaremos;
- c) acabar imediatamente com os grupos de pistoleiros na região.

Lutaremos pela concretização destas propostas e necessidades de todos nós, lavradores do Bico do Papagaio. Sem a nossa organização e participação ativa no solucionamento de tudo o que queremos, sabemos que nada podemos conseguir. Pedimos, pois, apoio e solidariedade de toda a Classe Trabalhadora, nacional ou internacional, para que tenhamos forças de avançar na construção de uma nova sociedade, que passa evidentemente por nossas pequenas lutas por terra, organização sindical, conservação e exploração do Babaçu, exigência de aplicação de recursos na construção de infra-estrutura, e na eliminação de toda repressão, seja militar, política, ideológica ou econômica. A nossa luta é fruto de nossas mãos e do entendimento de nossas consciências. Por isso, estamos certos de que

"A NOSSA REFORMA AGRÁRIA
QUEM FAZ É O TRABALHADOR.
NEM GENRAL, NEM MINISTRO,
NEM CORONEL, NEM DOUTOR.
ELA ESTÁ EM NOSSAS MÃOS
E SOMOS NÓS EXECUTOR!"

Augustinópolis, 23 de junho de 1984.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins-GO.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sítio Novo-GO.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguatins-GO.

Representante dos Trabalhadores Rurais de Augustinópolis-GO.

Representante dos Trabalhadores Rurais de Axixá-GO.